

Presidente do Supremo defende cotas para negros

Sandra Lefcovich
Da equipe do **Correio**

“Vejo com bons olhos a política afirmativa para os negros”, disse ontem o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Marco Aurélio de Mello. Ele considera que o Brasil precisa avançar para superar as desigualdades e defende a abertura da discussão sobre as cotas para negros.

“Sou egresso da Justiça do Trabalho. Aprendi estudando Direito do Trabalho que a forma de corrigir uma desigualdade é colocando o peso da lei em benefício daquele que tem tratamento desigual no contexto social”, afirmou o ministro na saída do almoço oferecido pelo presidente Fernando Henrique Cardoso ao primeiro-ministro de Portugal, António Guterres, no Itamaraty.

Marco Aurélio avaliou que o Brasil tem uma realidade que não se pode desconhecer. “Não podemos ser ingênuos. Há um tratamento diferenciado”, declarou. Na universidade, por exemplo, há apenas 2% de negros, apesar de eles serem 45% da população brasileira. “Só a lei liberta”, disse o presidente do STF, explicando que essa afirmação sugere criar oportunidades para todos. Para o ministro, qualquer medida que busque o tratamento igualitário é bem-vinda. Ele lembrou que a Justiça Eleitoral já incorporou a reserva de cotas para mulheres candidatas, e a Constituição estabelece reserva de vagas para deficientes. As duas iniciativas são os primeiros passos na direção de uma verdadeira política afirmativa. Por que não com os negros?

Na terça-feira, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, estabeleceu cotas de 20% para negros em cargos de confiança, concu-

ros públicos e empresas prestadoras de serviços terceirizados ao ministério. Mas o presidente do STF evitou opinar sobre a portaria de Jungmann.

As cotas para negros foi assunto de todas as conversas no almoço do Ministério das Relações Exteriores. Houve até embaixador que brincou com o uísque servido na recepção: Black and White (preto e branco). “O Itamaraty está politicamente correto, adaptado à Conferência de Durban”, comentou um diplomata africano.

No dia seguinte à sua viagem à África do Sul, o ministro da Justiça, José Gregori, estava satisfeito com a performance brasileira na 3ª Conferência das Nações Unidas contra o Racismo, a Discriminação Racial, a

Xenofobia e a Intolerância Correlata.

“Mas a cúpula não esteve à altura do esforço e da seriedade brasileiros”, criticou. Gregori ficou decepcionado com o fato de a Conferência virar campo de batalha política entre israelenses e palestinos, o que provocou a retirada de Israel e dos Estados Unidos do encontro, em

protesto pelas críticas ao sionismo. “Não podíamos ficar à mercê de um fato que, embora seja relevante, não é importante para o João da Silva lá no interior”, disse o ministro.

Entre os estrangeiros participantes da Conferência, os brasileiros foram os mais numerosos. Gregori reconheceu em seu discurso que o país não tem ainda uma democracia racial. “Não escondo o sol com a peneira. Mas nós vamos chegar lá”, prometeu.

Sem querer se pronunciar sobre a política de cotas para negros nas universidades, o ministro da Justiça considerou que o fato de haver apenas 2% de negros no ensino superior, é uma mostra de que “alguma coisa está errada” no Brasil.

Carlos Moura



MARCO AURÉLIO RECONHECE QUE “HÁ DESIGUALDADES”